

**DIA 18**

**MAIO**

**2024**

**III EDIÇÃO DIREITO INFORMA**



**TEMA: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL**

## **CRIME CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **Autor(res)**

Lorena Vale Pereira  
Loanny Christine Sousa Ferreira  
Mateus Silva Ferreira  
Adriane Jéssica Araújo De Oliveira  
Bianca Sara De Sena Brito  
Vitória Almeida Batista

### **Categoria do Trabalho**

1

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

### **Introdução**

Conforme o artigo 225 da constituição federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado sendo fundamental a sua proteção e preservação. Sob esse ponto de vista, além do meio ambiente ser um direito de todos, trata-se de um dever, tanto para o estado como para a comunidade, no qual ambos devem proteger o meio ambiente para que as futuras gerações não sofram prejuízos ambientais. Ademais, a lei n. 9.605/98 discorre acerca da proteção penal do meio ambiente, no qual aquele que concorre para a prática de crimes ambientais, poderá ser responsabilizado não somente na área cível como também na área penal e Administrativa. Além disso, tem-se o princípio do poluidor pagador, em que aquele que ocasiona um dano ambiental, deve reparar o dano causado, não admitindo que o infrator fique ileso da responsabilização.

### **Objetivo**

Informar que, tem-se como crime ambiental os atos ilegais cometidos contra o meio ambiente que prejudique direta ou indiretamente a biodiversidade, a vida selvagem e os recursos naturais. Nessa lógica, o artigo 62 da lei 9.605/98, prevê como crime ambiental, a deterioração de patrimônio publico, no qual acarretará ao infrator pena de reclusão de seis meses a três anos além de multa.

### **Material e Métodos**

O presente resumo foi elaborado através de pesquisas bibliográficas qualitativas sobre o tema ressaltado conforme a lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605/98). Desse modo, a concentração da pesquisa dar-se-á, pelos desafios a conservação do patrimônio e a falta de investimento pelas autoridades e a desvalorização da arte pela sociedade que resulta em perdas irreparáveis para a história.

Portanto a conscientização social é necessária reforçando o conhecimento do indivíduo desde os primeiros anos de vida para a valorização da história construindo um passado vivo para que no futuro tenhamos boas lembranças preservadas.

### **Resultados e Discussão**

Apoio:  

DIREITO INFORMA : RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL- FACULDADE ANHAGUERA DE IMPERATRIZ-

MA 3ª edição, Imperatriz-MA, 2024

**DIA 18  
MAIO  
2024**

**III EDIÇÃO DIREITO INFORMA**



**TEMA: RESPONSABILIDADE AMBIENTAL SOCIAL**

A lei n. 9.605/98 trata dos crimes contra o meio ambiente. Entende-se como crime ambiental os atos ilegais cometidos contra o meio ambiente que prejudique direta ou indiretamente a biodiversidade, a vida selvagem e os recursos naturais. Nessa lógica, conforme o artigo 62 da lei 9.605/98, a violação da ordem urbana e patrimônio cultural é um crime ambiental, no qual a destruição ou deterioração de bem protegido por lei acarretará ao infrator pena de reclusão de seis meses a três anos além de multa.

Dentre os principais crimes ambientais relativos ao ordenamento urbano e patrimônio cultural, destacam-se os crimes de pichação em áreas urbanas e as alterações da estrutura de lugares turísticos, culturais, históricos entre outros. Cabe ressaltar que a prática de grafite, desde que consentida pelo proprietário e realizada com o intuito de valorização, não constitui crime ambiental, diferentemente da pichação.

### **Conclusão**

Após a análise do artigo 225 da Constituição Federal, nota-se que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo essa responsabilidade compartilhada entre o poder público e a coletividade. A Lei de Crimes Ambientais, trata dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, estabelecendo que os infratores serão penalmente responsabilizados. Portanto, é essencial uma fiscalização mais rigorosa para prevenir esses crimes e preservar o meio ambiente.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 16 maio 2024, às 14h35.

UNIEDUCAR. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. Disponível em: <https://unieducar.org.br/blog/crimes-contra-o-ordenamento-urbano-e-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 16 maio 2024, às 14h40.

PONTES, Rogério Schietti Machado. A tutela penal do patrimônio cultural. Boletim Científico ESMPU, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/116>. Acesso em: 16 maio 2024, às 14h30.

Apoio:

